

REQUERIMENTO Nº

(Da Sra. Maria do Rosário e do Sr. Chico D'Angelo)

Solicita realização de Audiência Pública para discussão das políticas de memória no Brasil.

Prezados Senhores,

Requeiro, nos termos regimentais, ouvido o plenário dessa Comissão, a realização de reunião de Audiência Pública nesta Comissão de Cultura para discussão políticas de memória no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A memória emerge como uma questão relevante para o fortalecimento democrático das nações desde o final da II Guerra Mundial. O Holocausto ensejou, pela primeira vez na história, uma necessidade de organização da memória pública das vítimas de atrocidades cometidas pelo Estado contra grupos humanos. Esse movimento em busca da memória emerge na América Latina após a redemocratização ocorrida em inúmeros países na década de 1980, reclamando reparação com relação às violações de direitos humanos cometidas pelos Estados durante as ditaduras que se instalaram na região após golpes de Estado ocorridos nas décadas de 1960 e 1970.

No Brasil, as políticas de memória começam a timidamente ser implantadas na década de 1990 com a política de indenizações aos que sofreram perseguição do Estado durante a ditadura militar. Entretanto, é com a instalação da Comissão Nacional da Verdade, durante a presidência de Dilma Rousseff, que o Estado Nacional brasileiro finalmente organiza um relatório assumindo e reconhecendo publicamente às violações cometidas contra milhares de cidadãos brasileiros.

É fundamental salientar que os grupos que demandam por políticas de memória estabelecem um tripé para seu desenvolvimento pleno, baseado na insígnia “memória, verdade e justiça”. Isto é, uma efetiva política de memória deve dar conta do reconhecimento público e verídico dos erros e crimes praticados em nome da razão de Estado e, também, ensejar a punição dos agentes que conceberam e praticaram violações de direitos.

Entretanto, passados mais de 30 anos da redemocratização, o Brasil ainda não logrou constituir tal ciclo completo de políticas de memória. A impunidade e o desconhecimento de grande parte da população a respeito dos crimes cometidos durante a ditadura são fomentadores de uma baixa consciência democrática em vários segmentos da sociedade brasileira, tornando, dessa maneira, urgente que o parlamento brasileiro e essa Comissão fomentem esse debate e estimulem a formulação de políticas para a memória.

Sala das Comissões, março de 2017

Maria do Rosário
D'Angelo
(PT/RS)

Chico
(PT/RJ)